



Faculdade
Latino-Americana de
Ciências Sociais
Sede Brasil

TERMO DE REFERÊNCIA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Projeto

Acordo Internacional *GIZ Project: Climate policy programme Brazil*.

1. Objeto da Contratação

Contratação de 03 (três) consultorias por pessoas físicas prestadoras de serviço técnico profissional especializado para atuar como examinador em banca de avaliação biopsicossocial do processo seletivo do curso Especialização em Mudanças Climáticas, no âmbito do *GIZ Project: Climate policy programme Brazil*.

2. Justificativa da Contratação

A Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é uma instituição do governo federal com a missão de capacitar recursos humanos na Administração Pública. Conforme estabelece o Anexo I do Art. 1º de seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 10.369 de 22 de maio de 2020, a Enap visa promover e implementar programas que visem ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias de gestão, aumentando assim a eficácia e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos. Em 2024, diversas ações de capacitação foram realizadas pela Escola, incluindo curso de Formação de Formadores - Mudança Climática.

A mudança do clima é uma questão estratégica que afeta profundamente o setor público no Brasil, impactando desde a formulação e a implementação de políticas, até a execução de projetos e a gestão de recursos públicos. Considerar os impactos climáticos, que estão se mostrando cada vez mais evidentes e intensos, em especial no meio urbano, é fundamental para garantir a resiliência das infraestruturas públicas, a manutenção das moradias e dos espaços de convivência, a saúde pública e o bem-estar geral da população, em especial os grupos mais vulnerabilizados em áreas urbanas. O Brasil é um dos países mais afetados pelas mudanças climáticas devido à sua vasta extensão territorial, desigualdade social e diversidade ecológica. O enfrentamento da mudança climática oferece ao setor público a oportunidade de orientar um crescimento econômico mais justo e sustentável, promovendo investimentos em infraestrutura resiliente e adaptadas aos novos contextos climáticos, bem como desenvolvendo e implementando políticas que levem em conta as desigualdades sociais e econômicas.

A capacitação de servidores públicos na temática do clima é então essencial para garantir que o Brasil desempenhe um papel de liderança eficaz nas discussões e negociações globais sobre mudanças climáticas. Em um momento crucial, com a realização da COP 30 prevista para 2025, no Brasil, torna-se ainda mais imperativo preparar os tomadores de decisão para os desafios que virão,

assegurando uma representação nacional robusta e estratégica. O Brasil, com sua vasta biodiversidade, florestas tropicais e extensa costa, possui uma posição única no cenário climático mundial. O país possui um grande potencial para mitigar as mudanças climáticas por meio da preservação de suas florestas, energias renováveis e práticas sustentáveis. Portanto, a participação ativa e informada do Brasil nas negociações internacionais é fundamental não apenas para o sucesso da COP 30, mas também para o alcance dos objetivos globais de redução de emissões e adaptação às mudanças climáticas.

Nesse contexto, a proposta de capacitação por meio de um Curso de Especialização em Mudanças Climáticas é essencial para desenvolver e aprimorar competências dos servidores públicos federais (efetivos) e empregados públicos federais concursados de empresas que recebam recursos da União para pagamento de pessoal no enfrentamento à mudança do clima. O curso de especialização buscará um reconhecimento da crise climática em nível estratégico, trazendo exemplos de instrumentos e intervenções no nível tático, permitindo que as pessoas envolvidas reconheçam e desenvolvam políticas públicas eficazes, alinhadas com as diretrizes globais e adaptadas às diferentes realidades locais. Este conhecimento é crucial para disseminar e trocar boas práticas na formulação e implementação de políticas climáticas, fortalecendo a posição do Brasil como protagonista na oferta de soluções para a promoção da sustentabilidade.

A admissão de discentes no curso de pós-graduação lato sensu ofertado pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) ocorre por meio do processo seletivo público aberto pelo Edital 71, de 16 de março de 2026 (SEI 0973237), conforme as disposições da Portaria MEC nº 660, de 22 de maio de 2017 (SEI 0973416), que credencia a instituição para a oferta de cursos de especialização, e da Resolução Enap nº 12, de 15 de junho de 2021 (SEI 0973399), que aprova o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Escola. No âmbito desses processos seletivos, os editais podem prever a reserva de vagas para pessoas com deficiência, mediante autodeclaração realizada no ato da inscrição e apresentação de documentação comprobatória, em consonância com as diretrizes institucionais de promoção da equidade e da inclusão no acesso à formação. Para as pessoas candidatas que optam por concorrer a essas vagas, está prevista etapa específica de verificação da condição declarada, realizada por meio de avaliação biopsicossocial.

A avaliação biopsicossocial consiste na análise, por equipe multiprofissional e interdisciplinar, das condições apresentadas pela pessoa candidata, considerando aspectos biopsicossociais relacionados à deficiência declarada, com a finalidade de confirmar o enquadramento para fins de acesso às vagas reservadas. Essa etapa possui caráter eliminatório, e não classificatório, sendo aplicada exclusivamente às pessoas candidatas que optaram por concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência. Para sua realização, faz-se necessária a constituição de equipe composta por profissionais com formação e experiência compatíveis com as áreas envolvidas no procedimento, garantindo a observância de critérios técnicos, transparência e isonomia na análise.

Assim, para realização do processo seletivo da Especialização em Mudanças Climáticas, nos termos do previsto no item 9 do Edital 71/2026 (SEI 0973237), a Enap propõe a contratação de serviços especializados para atuação em banca de avaliação biopsicossocial.

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES E PRODUTOS

3.1 Descrição das Atividades e Produtos

Resultado 1 - Participação em banca de Avaliação Biopsicossocial.

Produto 1 - Avaliação de laudo original com o Código Internacional de Doenças (CID) e respostas aos recursos interpostos pelos candidatos.

Atividade 1 - Compor equipe multiprofissional e interdisciplinar e realizar a avaliação biopsicossocial baseada nos seguintes documentos:

a) em laudo original com o Código Internacional de Doenças (CID) expedido por profissional competente contendo a especificação da (s) estrutura (s) do corpo que originaram e caracterizam a condição de pessoa com deficiência ou ficha SIGEPE de dados pessoais e profissionais para aqueles aprovados em concurso público em vagas destinadas exclusivamente a candidatos com deficiência;

b) na Classificação Internacional de Funcionalidade e Incapacidade e Saúde (CIF) para avaliar os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação.

4. Supervisão das Atividades

Os trabalhos do especialista serão acompanhados e supervisionados pelas servidoras Patricia Lucinari e Patrícia Medeiros, ambas da Coordenação-Geral de Especialização e MBA, da Diretoria de Educação Executiva. O profissional contratado deverá manter as servidoras Patricia Lucinari (patricia.lucinari@enap.gov.br) e Patrícia Medeiros (patricia.medeiros@enap.gov.br) devidamente informadas sobre as atividades programadas/realizadas durante todo o período de execução do contrato.

5. Plano de Trabalho

Plano de Trabalho a ser Desenvolvido pelo Consultor		
Nº de Ordem	Atividades	Produtos Gerados
01	Compor equipe multiprofissional e interdisciplinar e realizar a avaliação biopsicossocial baseada nos seguintes documentos: a) em laudo original com o Código Internacional de Doenças (CID) expedido por profissional competente contendo a especificação da (s) estrutura (s) do corpo que originaram e caracterizam a condição de pessoa com deficiência ou ficha SIGEPE de dados pessoais e	Resultado final da avaliação da banca de Confirmação Complementar à Autodeclaração e respostas aos recursos interpostos pelos candidatos.

<p>profissionais para aqueles aprovados em concurso público em vagas destinadas exclusivamente a candidatos com deficiência;</p> <p>b) na Classificação Internacional de Funcionalidade e Incapacidade e Saúde (CIF) para avaliar os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação</p>	
---	--

6. Valor Financeiro do Contrato

Os valores serão repassados em conformidade com o cronograma de desembolso a ser estabelecido no contrato. **Entrega dos produtos conforme descrito no item 3 deste Termo de Referência.**

Valor Financeiro do Contrato		
Produtos		Valor Pago ao Produto Parcela
Nº de Ordem	Data da Entrega	
Produto 1	Até 45 dias após assinatura do contrato	R\$ 749,96
Valor Total do Contrato (03 vagas)		R\$ 2.249,88

O pagamento será efetuado após a realização e aprovação de cada um dos produtos apresentados, estando estes em perfeita consonância com o descrito neste Termo de Referência.

7. Qualificação Técnica

- Formação ou capacitação em pelo menos um dos seguintes temas: Avaliação da deficiência; Políticas públicas de inclusão; Direitos da pessoa com deficiência; Instrumentos de avaliação funcional.
- Experiência profissional, comprovada pela participação como membro em, no mínimo, 1 (uma) banca de avaliação biopsicossocial.

A banca de avaliação deverá ser constituída por equipe multiprofissional e interdisciplinar, composta por **três profissionais** capacitados e atuantes na área das deficiências, sendo obrigatoriamente **1 (um) profissional da área de medicina.**

A qualificação técnica deverá ser comprovada mediante a apresentação de currículo, diplomas, contratos de prestação de serviços, declarações, atestados de capacidade técnica ou outros documentos idôneos que constituam prova inequívoca da experiência e da formação exigidas.

8. Local de realização e entrega dos produtos/resultados

As atividades serão realizadas de maneira online, remotamente (de forma síncrona e assíncrona). Os acessos eletrônicos às plataformas digitais onde serão realizadas as atividades remotas serão fornecidos pela Enap. O produto final desenvolvido pelo contratado (a) será repassado à Enap com

procedimentos a serem definidos em comum acordo com a supervisora.

9. Recursos financeiros

Os recursos financeiros para execução do contrato serão oriundos do GIZ Project: Climate policy programme Brazil.

Como valor de referência para esta contratação, estima-se um total de R\$ 2.249,88 (dois mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos), sendo que o valor a ser pago por consultor será de R\$ 749,96 (setecentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos).

10. Deveres e responsabilidades da Contratante

- Colocar à disposição da Contratada os elementos e informações necessários à execução deste Contrato;
- Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com a proposta da Contratada;
- Atestar a execução dos serviços;
- Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nos termos no Contrato;
- Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais, no caso de descumprimento injustificado das cláusulas e condições deste Contrato.

11. Deveres e responsabilidades da Contratada

- Executar o objeto da contratação, conforme especificações do Termo de Referência, bem como entregar os produtos, no local definido e no prazo acordado;
- Discutir previamente com a Enap a sequência dos trabalhos a serem desenvolvidos, bem como qualquer alteração que se torne necessária;
- Comunicar à Enap qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos solicitados;
- Assumir inteira responsabilidade pela execução do Contrato;
- Desfazer ou refazer qualquer serviço que, a juízo da Enap, não esteja de acordo com o ajustado no Contrato;
- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, a execução do Contrato, exceto no caso de serviços de tradução;
- Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do Contrato, salvo expressa autorização da Enap; e
- Atuar dentro dos prazos estabelecidos.

12. Forma e evidência do contrato

O Contrato terá vigência a partir da data de sua formalização por até 06 (seis) meses após a contratação, e poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas nas normas operacionais da FLACSO e demais regramentos específicos aplicáveis ao Projeto, desde que devidamente justificado, sem que haja ampliação do valor a ser pago.